

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026

Processo nº 59550.000125/2025-12-e

Impugnante: Metalúrgica Trapp Ltda.

Em atenção à impugnação apresentada pela empresa Metalúrgica Trapp Ltda., inscrita no CNPJ nº 83.238.832/0001-78, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, cujo objeto contempla, entre outros itens, o fornecimento de moinhos trituradores forrageiros de 3 CV, previstos nos itens 07 e 08 do Termo de Referência, passa-se à análise dos argumentos apresentados.

Inicialmente, registra-se que a impugnação foi apresentada tempestivamente, razão pela qual deve ser conhecida.

No mérito, a impugnante sustenta, em síntese, que o Edital e o Termo de Referência deveriam trazer previsão expressa quanto ao atendimento das disposições aplicáveis da Norma Regulamentadora nº 12 — Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (NR-12), especialmente em razão da natureza dos equipamentos licitados, que possuem partes móveis, sistema de corte/trituração, transmissão por correia/polia e zonas de alimentação manual.

Após análise dos argumentos apresentados, entende-se pelo acolhimento parcial da impugnação, apenas para fins de esclarecimento vinculante quanto à obrigatoriedade de observância das normas de segurança aplicáveis aos equipamentos, sem alteração substancial do objeto, sem suspensão do certame e sem necessidade de republicação do instrumento convocatório.

1. Da natureza dos equipamentos e da segurança dos usuários finais

Os itens 07 e 08 do certame referem-se ao fornecimento de moinhos trituradores forrageiros de 3 CV, destinados a desintegrar, moer e picar capim, milho, cana, mandioca e outros materiais correlatos, conforme especificação constante do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

Trata-se de equipamento de uso agropecuário, com motor elétrico, lâminas de corte, peneiras, calha de entrada e funil dosador, destinado ao preparo da alimentação animal no âmbito da cadeia produtiva do leite.

A Codevasf reconhece que equipamentos dessa natureza devem observar padrões rigorosos de segurança, especialmente porque serão utilizados futuramente por produtores rurais, trabalhadores e demais operadores no desempenho de atividades produtivas.

Nesse ponto, registra-se expressamente que a segurança dos trabalhadores e usuários finais dos equipamentos é ponto inegociável para a Codevasf. A Companhia não admite, em nenhuma hipótese, o fornecimento de equipamentos que exponham seus usuários a riscos incompatíveis com a legislação aplicável, com as normas técnicas pertinentes ou com as boas práticas de segurança operacional.

A finalidade da contratação não se limita à entrega física dos bens. Busca-se apoiar a modernização da cadeia produtiva do leite em Alagoas, com equipamentos que efetivamente contribuam para produtividade, eficiência e melhoria das condições de trabalho dos

beneficiários. O próprio Termo de Referência destaca que as forrageiras facilitam o preparo da alimentação do rebanho, realizando o corte e a trituração de forragens de maneira ágil e uniforme, contribuindo para otimizar o tempo de trabalho, aumentar a produtividade e promover práticas mais sustentáveis na pecuária leiteira.

2. Da aplicabilidade da NR-12

A impugnante sustenta que a NR-12 é aplicável aos equipamentos em questão, por se tratar de máquinas motorizadas com partes móveis e zonas de risco operacional.

Sobre esse ponto, assiste razão à impugnante quanto à necessidade de observância das normas de segurança aplicáveis, inclusive da NR-12, naquilo que for pertinente à natureza dos equipamentos licitados.

A NR-12 estabelece referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e utilização de máquinas e equipamentos novos e usados, bem como em sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título.

As Normas Regulamentadoras, por sua vez, constituem obrigações, direitos e deveres voltados à garantia de trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.

Dessa forma, ainda que o Edital contenha previsão geral quanto ao atendimento às recomendações da ABNT e do INMETRO, no que couber, bem como aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, esclarece-se que os moinhos trituradores forrageiros a serem fornecidos nos itens 07 e 08 deverão atender às normas de segurança aplicáveis, inclusive às disposições pertinentes da NR-12.

3. Do acolhimento parcial da impugnação para fins de esclarecimento vinculante

Considerando a relevância do tema e o compromisso da Codevasf com a segurança dos usuários finais, acolhe-se parcialmente a impugnação para prestar o seguinte esclarecimento vinculante aos licitantes:

Os moinhos trituradores forrageiros de 3 CV, objeto dos itens 07 e 08 do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, deverão atender às disposições de segurança aplicáveis à sua natureza, inclusive, quando cabível, às exigências pertinentes da Norma Regulamentadora nº 12 — Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (NR-12), especialmente quanto à proteção de partes móveis, sistemas de transmissão, correias e polias, dispositivos de segurança, sinalização, manual de instruções em língua portuguesa e demais requisitos compatíveis com o tipo de equipamento ofertado.

Tal esclarecimento não altera a natureza do objeto licitado, não modifica os quantitativos, não altera a potência mínima exigida, não interfere no critério de julgamento, nem modifica as condições econômicas essenciais da contratação. Trata-se apenas de explicitação de obrigação normativa já incidente sobre os equipamentos, em decorrência da legislação aplicável.

A impugnação, portanto, é acolhida apenas nesse ponto, para reforçar a obrigatoriedade de atendimento às normas de segurança aplicáveis.

4. Da forma de comprovação da conformidade

A impugnante requer que a comprovação de atendimento à NR-12 seja exigida como condição de habilitação técnica ou de qualificação da proposta, mediante declaração de conformidade, catálogo técnico, ficha técnica, manual e indicação dos dispositivos de segurança do equipamento.

Embora se reconheça a pertinência do tema, entende-se que não é necessário inserir novo requisito formal de habilitação técnica no Edital.

A conformidade do equipamento com as normas de segurança aplicáveis será aferida no âmbito da análise da proposta, da documentação técnica apresentada, de eventual diligência promovida pela Administração e, especialmente, no momento do recebimento dos bens.

Para tanto, a Codevasf poderá exigir, sempre que necessário à verificação da conformidade técnica do equipamento ofertado, a apresentação de documentos como:

catálogo, ficha técnica ou memorial descritivo do modelo ofertado;
manual de instruções em língua portuguesa;
declaração do fabricante ou importador acerca do atendimento às normas de segurança aplicáveis;
indicação dos dispositivos de segurança existentes no equipamento;
esclarecimentos técnicos complementares, inclusive mediante diligência.

A ausência de conformidade do produto com as normas de segurança aplicáveis poderá ensejar a recusa da proposta, a recusa do recebimento do objeto, a exigência de substituição ou adequação do equipamento e a aplicação das medidas administrativas cabíveis, conforme o momento da constatação e as regras previstas no Edital, no Termo de Referência e no contrato.

5. Da inexistência de necessidade de suspensão, republicação ou reabertura de prazo

A impugnante requer a concessão de efeito suspensivo, com suspensão da sessão pública, retificação do Edital e republicação com reabertura de prazos. Alega, para tanto, que a ausência de previsão expressa sobre a NR-12 poderia comprometer a isonomia entre os licitantes e permitir a apresentação de propostas com padrões distintos de segurança.

O pedido não merece acolhimento nessa extensão.

O esclarecimento ora prestado não constitui alteração substancial do objeto licitado, tampouco introduz requisito novo ou estranho à contratação. Cuida-se de explicitação de obrigação legal e técnica já aplicável aos equipamentos, voltada a assegurar que todos os licitantes compreendam que os produtos ofertados deverão observar as normas de segurança pertinentes.

Não há, portanto, necessidade de suspensão do certame, republicação do Edital ou reabertura de prazo para formulação de propostas. A observância das normas de segurança aplicáveis é dever inerente ao fornecimento de máquinas e equipamentos e deve ser considerada por todos os licitantes na formulação de suas propostas, independentemente de transcrição exaustiva de todas as normas regulamentadoras no instrumento convocatório.

Além disso, a exigência de que os equipamentos atendam à legislação aplicável não restringe a competitividade, não direciona o certame a fabricante específico e não modifica o escopo econômico do fornecimento. Ao contrário, assegura que a disputa ocorra em patamar mínimo de segurança, qualidade e regularidade técnica.

6. Da não exigência de “certificação NR-12” genérica

Importa esclarecer que a Codevasf não exigirá “certificado NR-12” genérico ou documento inexistente no ordenamento jurídico como condição de participação no certame.

O que se exige é que os equipamentos ofertados e entregues estejam em conformidade com as normas de segurança aplicáveis à sua natureza, podendo tal conformidade ser comprovada por meios técnicos idôneos, como catálogos, manuais, fichas técnicas, declarações do fabricante/importador, memorial descritivo, diligências técnicas e verificação no recebimento.

Esse entendimento preserva a segurança dos usuários finais sem impor exigência formal excessiva, indevida ou potencialmente restritiva à competitividade.

7. Da manutenção das especificações dos itens 07 e 08

O Termo de Referência permanece inalterado quanto às especificações dos itens 07 e 08, que tratam dos moinhos trituradores forrageiros de 3 CV. O objeto definido pela Administração busca atender à necessidade pública de fortalecimento da cadeia produtiva do leite no estado de Alagoas, especialmente em benefício de pequenos produtores rurais e da agricultura familiar.

As especificações técnicas devem ser interpretadas em conjunto com a legislação aplicável, com as normas de segurança pertinentes e com as condições de fornecimento previstas no Edital e no Termo de Referência.

Assim, a manutenção da sessão pública e das condições do Edital não afasta, em nenhuma hipótese, a obrigação de que os bens fornecidos sejam seguros, adequados ao uso, acompanhados de manual em português e aptos ao funcionamento nas condições estabelecidas pela Administração.

8. Conclusão

Diante do exposto, decide-se por:

Conhecer da impugnação apresentada pela empresa Metalúrgica Trapp Ltda., por tempestiva;

Esclarecer que os moinhos trituradores forrageiros de 3 CV, objeto dos itens 07 e 08, deverão atender às normas de segurança aplicáveis, inclusive às disposições pertinentes da NR-12, quando cabíveis à natureza do equipamento;

Esclarecer que a conformidade técnica dos equipamentos poderá ser verificada por meio de catálogos, fichas técnicas, manuais, declarações do fabricante ou importador, diligências técnicas, análise da proposta e/ou conferência no recebimento dos bens;

Indeferir o pedido de inclusão de nova exigência como condição específica de habilitação técnica, por se tratar de requisito referente à conformidade do produto ofertado e entregue, e não à habilitação subjetiva da licitante;

Indeferir o pedido de concessão de efeito suspensivo, suspensão da sessão pública, republicação do Edital e reabertura de prazo, por inexistir alteração substancial do objeto ou das condições de participação;

Manter as demais condições previstas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

Reitera-se, por fim, que a Codevasf mantém compromisso absoluto com a segurança dos trabalhadores, produtores rurais e demais usuários que utilizarão os equipamentos objeto da contratação. A entrega de equipamentos seguros, conformes às normas aplicáveis e adequados ao uso pretendido constitui condição essencial para a efetividade da política pública e para a regular execução contratual.

Assim, permanecem inalteradas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

Decisão: impugnação conhecida e, no mérito, indeferida.

Atenciosamente,

--

Thiago Cedraz de Almeida

Analista em Desenvolvimento Regional - Economista

Chefe da Unidade Regional de Desenvolvimento Territorial - 5ª GRR/UDT

Codevasf - 5ª Superintendência Regional

Edifício do Ministério da Fazenda

Praça Dom Pedro II, 16, Centro

Maceió - Alagoas CEP 57.020-130

Tel: (82) 3551-9462 Ramal: 829462
